

O GTTE e seus Agentes: quem faz e de que forma faz a produção acadêmica no GTTE da Anped

(...) em todos nós, que convivemos com o individualismo, com a competição, acho que nos tornamos vítimas de uma certa necessidade, talvez não de brilhar tanto, mas de pelo menos brilhar, de ter um brilho. (...) vamos colocar como pergunta, será que nós saberemos formular um projeto, será que nós seremos capazes de participar de um mesmo projeto de pesquisa considerando as nossas diferenças como marxistas? (Lia Tiriba)

5.1. Introdução: não há escolhas

No capítulo anterior realizamos uma análise da produção acadêmica do Grupo de Trabalho -Trabalho e Educação, o GTTE, da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação, a Anped. Essa análise mostrou que o GTTE, enquanto um autor institucional, tem sua produção acadêmica marcada pela perspectiva marxista e mostramos que há no GT uma certa tradição teórico-metodológica que: a) investe mais nos estudos teóricos do que nos empíricos; b) realiza poucos estudos de análise conjuntural; c) enfatiza os estudos do setor industrial e do seu arquetípico trabalhador; d) prefere os “estudos de (um) caso”, geralmente de um setor de ponta, principalmente o industrial, enquanto pretere os estudos dos setores de serviço e primário; e) temas como raça, gênero ou cultura estão subrepresentados nos estudos do GTTE; e) contradizendo sua base marxista, desprestigia os estudos históricos; f) são praticamente inexistentes os estudos sobre experiências alternativas e contra-hegemônicas por parte dos trabalhadores; h) e, finalmente, são poucos os estudos que medeiam a relação do trabalho com a educação básica.

A tarefa agora é a de analisar quanto uma determinada correlação de forças e de posicionamento entre os agentes que compõem o GT engendra, ou ao menos influencia, essas escolhas e, principalmente, como esses agentes percebem e conduzem essas escolhas.

5.1.1. Nossas categorias e nossa pesquisa

Neste capítulo, como nos anteriores, existe em parte, a idéia de contribuir com uma avaliação do GTTE, suas opções, caminhos e descaminhos. Agora não mais a partir da produção acadêmica do GTTE, mas dos pesquisadores, ou seja, dos agentes que a realizam. Tomamos como “agentes” todos os indivíduos envolvidos no campo científico, os pesquisadores mais antigos, os mais renomados, assim como os mais novos. Os “agentes” seriam os participantes efetivos no campo científico, que, segundo Bourdieu, seriam mais precisamente *pares-concorrentes* (cf. BOURDIEU, 1994). Aqui trabalharemos com o GTTE como sendo um “campo científico” (BOURDIEU, 1994, p.122; cf. capítulo 1).

Antes de prosseguir é interessante fazer uma defesa desta análise. Nos capítulos anteriores, mostramos que o GTTE tem no marxismo sua base. Por conta disso, procuramos fazer uma análise imanente, propondo uma reflexão do GTTE a partir de sua perspectiva marxista ou de seus autores-referência. Ou seja, na maior parte das vezes, foi necessário opor marxismo *versus* marxismo.

No capítulo ora em pauta, utilizamos as categorias de Bourdieu de campo científico e “capital científico” – *a luta pela autoridade científica, espécie particular de capital social* (BOURDIEU, 1994, p. 127) – numa análise que se propõe a incorporar outros referenciais.

Dentro do marxismo, não há unanimidade sobre as contribuições da teoria de Bourdieu. Conceitos como o de “capital social” e “campo social” podem servir de complemento aos conceitos clássicos de “capital” e “classe social” de Marx. Não obstante, a teoria de Bourdieu também pode ser percebida como sendo distante da teoria de Marx. Nessa perspectiva mais crítica, a teoria de Bourdieu é reconhecida como uma teoria menor, isto é, não necessariamente equivocada, mas que trata de questões ou tem objetos de estudo menores. Bourdieu é interessante para tratar de espaços e instituições sociais relativamente amplos, como, por exemplo, para a reflexão da *escola reprodutora*, mas não serve para tratar dos problemas e das questões da estrutura da sociedade capitalista.

A contribuição de Bourdieu vem porque consideramos que se há contradições e problemas engendrados anteriormente ao próprio grupo, há outros engendrados em seu interior, quer dizer, específicos ao “campo científico” e aos seus agentes.

Faz necessário entender que dentro de um grupo, dentro de um campo, as relações de poder e influência que se dão entre os agentes são inúmeras, podem ser regionais, raciais, de gênero, partidárias, estéticas, etc. A análise aqui deseja apreender sobretudo aquelas relações que a reflexão vá julgando como as mais importantes para a aquisição ou perda do “capital científico” dentro do GTTE.

Para a construção deste estudo foram consultados documentos da Anped, o *Currículo Lattes*⁸⁶ dos agentes pesquisados, foram retomados alguns documentos utilizados nos capítulos anteriores, outros foram incluídos, e, principalmente, foram realizadas entrevistas com pesquisadores participantes do GTTE.

5.2- Problematizando mais uma vez as escolhas feitas pelos agentes do GTTE

Desde os capítulos anteriores têm-se procurado problematizar as escolhas e os caminhos que o GTTE vai construindo. Agora neste capítulo a tarefa continua, porém não sobre a produção acadêmica, e sim sobre a correlação que se estabelece entre os próprios agentes do GTTE. E para isso, iniciaremos com a problematização que alguns dos principais agentes participantes do GTTE trouxeram no documento “Intercrítica” (REIS; LOBO, 2002). O documento trouxe dez núcleos de diferentes universidades do país que tratam da área de trabalho e educação para uma avaliação. Importante perceber que das oito principais instituições que elegemos como as principais do GTTE (quadro 9, capítulo 2), o documento Intercrítica traz informações sobre os “núcleos” de sete delas, só a UFSCar não teve representação (embora o documento cite a UFSCar como uma das principais instituições com programa em pós-graduação em trabalho e educação) . Quer dizer, o documento vai ao encontro do que fomos percebendo com os quadros. Assim, vejamos a avaliação geral dos núcleos, feita por seus próprios membros do encontro:

Para a maioria dos expositores dos núcleos representados no encontro, a teoria marxista permanece sendo a matriz teórica de interpretação da realidade e a pesquisa empírica o campo privilegiado de pesquisa em T&E. Em decorrência disso, de acordo com a avaliação preliminar dos expositores, nos últimos anos tem se verificado três grandes problemas enfrentados pelo campo de T&E: 1) A renovação e a ampliação dos quadros dos

⁸⁶ O *Currículo Lattes* é uma espécie de currículo eletrônico disponível no *site* do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq. Cada vez mais há a participação de professores e pesquisadores ligados aos principais centros de pesquisa do país na *Plataforma Lattes* do CNPq.

pesquisadores no campo. (...) o fato é que em alguns Programas de Pós-Graduação o campo de T&E encontra-se em condições precárias para a orientação e a pesquisa. 2) A pressão externa exercida por professores e pesquisadores de outros campos, por vezes de forma não muito legítima, sobre coordenações e alunos de graduação, mestrado e/ou doutorado nos programas de pós-graduação, no sentido de isolar os professores e pesquisadores de T&E que adotam o referencial marxista. (...) destaca-se aqui o caso da PUC-SP, (...) apesar do grupo ter ainda um peso significativo, desde 1999 o campo vem passando por um processo de inflexão naquela instituição, chegando próximo do limite da sua exclusão do programa, tendo em vista as inúmeras críticas e cerceamentos institucionais (...) As principais críticas trazem como argumento a idéia de que o campo tornou-se ‘mais sociologia do trabalho do que educação’, e que ‘peca pelo excesso de economicismo’. 3) A pressão interna exercida sobre professores e pesquisadores do próprio campo no sentido de uma flexibilização das matrizes e referenciais teóricos marxistas e da incorporação de novos referenciais (REIS; LOBO, 2002).

Com a seguinte complementação:

Outros problemas pontuais, estes detectados em algumas instituições, também foram relatados, tais como: 4) conflitos com centrais sindicais, em particular a CUT, decorrentes, sobretudo, das práticas adotadas nos últimos anos pelas mesmas no tocante à formação sindical e à atuação no campo da formação profissional e elevação da escolaridade; 5) dificuldades de interlocução com a graduação, em grande parte pela forte pressão exercida pelos outros campos (REIS; LOBO, 2002).

Antes da reflexão dessas passagens é interessante trazer os nomes dos participantes do encontro “Intercrítica”, com a instituição que respectivamente representavam: Susana Vasconcelos Gimenez (UFCE); Célia Vendramini, Lucídio Bianchetti e Paulo Tumolo (UFSC); Eloísa Santos, Fernando Fidalgo e Lucília Machado (UFMG); Celso Ferreti e João dos Reis Filho (PUC-SP); Iracy Picanço (UFBA); Noela Invernizi (UFPr); Marlene Ribeiro (UFRGS); Maria Clara Bueno Fischer (UNISINOS); Maria da Conceição da Silva Neves (UNB); Sônia Maria Rummert, José Rodrigues, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta Franco, Eunice Trein, Léa Calvão, José Luiz Antunes, Ronaldo Rosas e Francisco Lobo (UFF).

Primeiramente, pode-se perceber que a maior parte dos pesquisadores foram os mesmos levantados anteriormente nesta pesquisa que vamos realizando. Ou seja, a avaliação dos Núcleos e conseqüentemente da área de TE é feita sobretudo por membros bem conhecidos e atuantes da área (Primeira e Segunda Geração). Quanto à avaliação, ela apontou problemas bem substanciais para os Núcleos. O que chama a atenção é que os problemas levantados – reconhecem os agentes –

estão de algum modo ligados à questão da manutenção da perspectiva teórica do marxismo – que também parece ser o principal componente de identidade dos núcleos, como acontece no GTTE. Agora, avaliando a avaliação do Intercrítica, percebe-se que o desafio que os agentes se põem é o de como defender a matriz teórica do marxismo diante de tantos ataques vindos de matizes não-marxistas. Há dois pontos a serem destacados sobre a avaliação que os pesquisadores fizeram no Intercrítica: a) o primeiro é a percepção de que quem faz a avaliação da área são sobretudo os pesquisadores *seniors* da área; b) o segundo, é perceber que a avaliação da área acabou por confirmar a "crise do marxismo" concretamente em seus espaços de atuação. A crise do marxismo é concreta também nesses espaços da academia, perdem-se alunos para outras perspectivas, para outros campos, para “outros temas”. Isso que esteve ligado às questões macro, agora reflete também nas micro. Por que as outras matizes teóricas estão tendo maior poder de sedução entre os alunos? Por que os ataques feitos ao materialismo ecoam mais do que as repostas dadas pelos materialistas? Aqui se procura complementar a avaliação que foi feita no Intercrítica, sobretudo no caminho da autocrítica, tomando para si a seguinte questão: Quais os equívocos na nossa forma de manter a perspectiva teórica do marxismo que engendra tantos problemas e desafios? De algum modo seria parafrasear Kosik na “Dialética do Concreto” (op.cit.) quando propõe que a pergunta inicial no método dialético seria a de tentar entender por que os homens tomam determinadas categorias e não outras para entender a realidade, assim como se deveria tentar entender o “tempo” dessa determinada realidade.

A questão se refere a algo emblemático oferecido pelo documento Intercrítica, uma avaliação que mostra a dificuldade de se dialogar não somente com campos da Academia, como também até com outros fora da universidade, a Central Única dos Trabalhadores – foi o exemplo dado. Na verdade, diante do fato de que o diálogo diminuiu mais uma questão vem à tona: para quem produzimos nossas pesquisas, além de nós mesmos? A seguir vamos às repostas dos agentes do GTTE.

5.3- O que pensam do GTTE os agentes do GTTE?

A parte a seguir é constituída sobretudo das entrevistas feitas com alguns dos agentes do GTTE, os entrevistados ao todo foram nove, desde os pesquisadores *seniors* que participaram da fundação do GT passando por outros que conseguiram expressão em algum outro período, chegando aos pesquisadores mais novatos. A idéia principal é a partir (e junto) deles retomar os principais pontos levantados, desde os capítulos anteriores, sobre o GTTE, para tentar em seguida algumas explicações.

5.3.1 Da problematização às explicações e aos enfrentamentos...

No capítulo 1, a análise feita sobre os documentos e algumas passagens dos professores Iracy Picanço, Eunice Trein, Gaudêncio Frigotto, Acácia Kuenzer e Lia Tiriba nos ajudaram a reconstruir parte da história do GTTE, assim como evidenciar alguns problemas e explicações. A partir disso, alguns apontamentos (alguns já mencionados neste capítulo) foram sobre: 1) o quanto a Escola Básica encontrou pouco espaço no grupo; 2) quanto os trabalhos teóricos se destacaram e se fizeram em bases "muito seguras", tanto quanto se destacaram; 3) os estudos de (um) caso que preferiram a indústria e seu trabalhador urbano; 4) a percepção de que a maior parte das pesquisas feitas no GT examinam a relação Trabalho e Educação mais pela lógica do capital do que pela do trabalho; 5) o pouco espaço existente para os pesquisadores *seniors*; 6) a preterição de alguns temas; 7) o determinismo tecnológico da área sobretudo na década de 90; 8) os embates teóricos, políticos e ideológicos também da década de 90; 9) os discursos dos “educadores críticos” e “homens de negócio” que coadunaram...

O enfrentamento proposto ao movimento que foi levantado, de imediato e até obviamente, poderia ser o de incentivar um contra-fluxo, quer dizer, propor aos programas, aos núcleos, assim como aos encaminhamentos do próprio GTTE o contrário do que vinham fazendo e que assim: fossem mais diretivos, orientassem ainda mais as pesquisas à Escola Básica; incentivassem mais pesquisas empíricas; tomassem a teoria para enfrentar mais frontalmente seus novos desafios e “adversários”, indo além de suas bases “seguras”; incentivassem mais análises sobre as experiências dos trabalhadores, contra-hegemônicas, alternativas; contemplassem outros estudos para além do trabalhador urbano e da indústria; etc.

Como nos outros capítulos, mais uma vez a professora Acácia Kuenzer nos ajuda a refletir o GTTE, em que já questionava no final da década passada:

- até que ponto a ida ao mundo das relações sociais e produtivas concretas tem sido seguida pelo necessário retorno à escola, tendo em vista subsidiar a compreensão dos processos pedagógicos escolares e não escolares a que estão submetidos os trabalhadores, e excluídos, em seu processo de alienação/desalienação?
- em tempos de globalização da economia e reestruturação produtiva marcados pela crescente exclusão, quem é o objeto de estudo e o compromisso político do GT?
- qual tem sido o papel do GT no processo de formulação de políticas públicas para a educação, tendo em vista o interesse e os direitos dos trabalhadores e excluídos? (KUENZER, 1998, p. 74).

Não obstante, em ciência é necessário buscar também a explicação dos problemas, tentar entender um pouco as suas causas indo além do entendimento de seus efeitos. Causas que possuem explicações na estrutura e na conjuntura da atual sociedade, mas que certamente refletem no micro, no caso, no GTTE _ nosso objeto de estudo. O pressuposto que as causas principais da problematização estejam no que antecede o próprio GT, no que antecede à própria Anped, que estejam na estrutura da sociedade, não impede que procuremos entender tanto os seus reflexos no micro quanto as causas que lhe são específicas.

5.3.2 Os Agentes do GTTE diante de si mesmos?

Nesta parte, a análise confronta as explicações, as proposições e os posicionamentos que trazem os agentes do GTTE em relação aos assuntos que vimos problematizando ao longo do trabalho. Num movimento de recorte, procuram-se trazer principalmente os pontos de convergência ou divergência desses agentes, evitando os assuntos que foram tratados por apenas um ou outro entrevistado, isto é, que tenham sido evidentemente pontuais. Além dos já citados, complementam o nosso rol de entrevistados, os seguintes autores-pesquisador: o prof. Paulo Tumolo, a prof^a. Marlene Ribeiro, o prof. Flávio Anício Andrade e a prof^a. Geórgia Cέα, compondo um grupo em que se tem as três gerações do GTTE.

A análise das entrevistas procurou apreender como cada autor-pesquisador problematizou o GTTE e ofereceu suas explicações e soluções, certamente que se aproximaram em muitos pontos, mas é exatamente sobre o que se afastam que é

interessante refletir, pois aí pode estar localizado algum ponto de tensão em relação às escolhas, em relação aos novos encaminhamentos. Assim, percebe-se que estão longe de serem unânimes, enquanto uns propõem mais abertura, outros mais fechamento; uns propõem mais empiria, outros colocam isso como falsa questão; uns mais acolhimento aos novatos, outros mais espaço definido para os *seniors*; uns mais direcionamento e retomada de antigas pautas, confrontando ao desejo de outros por mais abertura a novos temas, a novos autores, etc.

De imediato não se pretende aqui defender um ou outro posicionamento, mas sim explicitá-los, para depois entender que vetores (caminhos) surgem dessa correlação de forças e posições. Esse é um dos estudos possíveis no nível micro. Isso tem uma relação com o que aponta a professora Geórgia Céa, em sua entrevista:

Em função disso, passei a fazer dos encontros do GTTE um espaço de formação teórica e política, pois, além de participar atentamente da apresentação dos trabalhos e das atividades coordenadas pelo GT, busco identificar as disputas que estão em jogo, e isso nem sempre é muito visível ou explorado internamente no GTTE. Mas elas estão sempre lá.

É um pouco tarefa de nosso estudo identificar algumas dessas “disputas”, certamente inúmeras e que existem sob variados temas e abordagens. Disputas implícitas ou explícitas, que vão desde o dilema “participar ou não do governo” até “quem será o próximo convidado do trabalho encomendado”. A análise continua a ser de conteúdo, mas ao mesmo tempo vai incorporando o “lugar” que ocupa os agentes, para ir entendendo as correlações de força, como se adquire a “autoridade científica”, o prestígio, etc. A análise se constitui nos itens a seguir, mas, deve-se considerar que os temas se relacionam a todo o momento.

5.3.2.1 Nós e os entrevistados

O primeiro passo é trazer das entrevistas aquilo que dialogou diretamente com esta nossa pesquisa, determinadas passagens dos entrevistados que se propuseram a fazer conosco este estudo, ora se contrapondo, ora confirmando ou ajustando nossas questões. Por exemplo, a professora Geórgia Céa, identificada como pertencente à terceira geração do GTTE, nos devolveu uma questão a respeito da identidade do GTTE:

Arriscaria dizer que um levantamento dos trabalhos apresentados e das mesas e outras atividades coordenadas pelo GTTE derrubaria essa tese [de que o GTTE se identificaria mais com o marxismo do que com alguma temática]. Acredito, ao contrário, que uma discussão mais de fundo do marxismo [sic] no interior do GTTE é uma necessidade ainda não atendida. Na reunião do ano passado, numa das muitas conversas, um amigo me dizia que, na opinião dele, o GTTE estava se transformando num GT de Formação Profissional.

No estudo que fizemos no capítulo 1 e no capítulo 2 percebeu-se que o tema “educação/formação profissional” também identificaria o grupo. A Anped de maneira geral identifica o GTTE como sendo o “GT de Educação Profissional”, pelos convites que faz aos seus representantes, pelas mesas inter-gts que promove, etc. Porém, internamente, quando se analisam os trabalhos selecionados, a bibliografia mais utilizada, aquilo que legitima a “autoridade científica” entre os *pares-concorrentes*, vê-se que a identidade está na perspectiva teórico-metodológica do grupo, baseada no marxismo. Nas outras entrevistas também pôde ser visto isso, Acácia Kuenzer é contundente:

O GT se constituiu organicamente a partir dos materialistas históricos... (...). Porque o GT se constituiu a partir de uma identidade epistemológica, nisso ele se diferencia dos demais GTs.

Eunice Trein de alguma forma já nos havia dito isso acima, da marca que o marxismo deixa sobre o grupo, mas ela também percebe que cada vez há mais pressão sobre o grupo por conta da demanda cada vez maior por pesquisas sobre a formação profissional:

Isso por um lado, e eu acho que tem um rebatimento em relação a isso, que é a responsabilidade que o GT assume, quase que exclusivamente dentro da Anped, em relação à formação profissional.

Quer dizer, os educadores que não participam do GTTE, a Anped em geral, tendem a atribuir ao GTTE a tarefa de cuidar do assunto “formação profissional” e até o identifica assim, não obstante, esse mesmo assunto tende, dentro do grupo, a ser refletido sobre as bases marxistas. O professor Paulo Tumolo, ex-coordenador do grupo, chega a ponto de dizer:

Creio que seja difícil fazer a dicotomia entre o referencial teórico-político (o marxismo) e a temática. Desde sua gênese, há uma articulação orgânica e inseparável destes dois elementos no GT, uma vez que nasce com o objetivo de discutir a questão da educação na perspectiva da classe trabalhadora.

Algo que pode ser muito claro para boa parte do grupo, mas certamente não tão evidente para outras perspectivas teóricas que também tratam de temática “formação profissional”⁸⁷. Pois se a perspectiva teórica do marxismo nos leva a alguma temática específica, parece que para muitos grupos o contrário não parece valer, já que para esses o estudo sobre formação profissional não nos levaria impreterivelmente ao marxismo.

Aproveitando a participação do professor Paulo Tumolo, há um trecho de sua passagem em que ele também dialoga conosco:

Eu não tenho certeza (...) que o GT “reflete pouco a Escola Básica”, uma vez que deve haver muitos textos que tratam da educação profissional no ensino médio, e este faz parte da Escola Básica. Também não estou seguro com o pressuposto de que “estuda pouco o trabalhador que não está na indústria”.

Na investigação que realizamos foi percebido que, quando não fazemos a acepção da educação profissional em relação ao ensino médio, realmente não é pertinente dizer que o GTTE reflete pouco a Escola Básica. No estudo feito no capítulo 3, dos 132 trabalhos foram listados 24 (quadro 20) que tratavam da Escola Básica, porém mais exatamente da educação profissional do ensino médio. A questão é saber se esta é uma proporção razoável, ainda mais em se tratando de um GT pertencente a uma associação ligada à educação. E mais, por que outros professores como Iracy Picanço, Miguel Arroyo e Acácia Kuenzer insistem que

⁸⁷ Como por exemplo, o trabalho de Yves Schwartz, que contribui com inferências diferentes para a questão da Educação Profissional (cf. SCHWARTZ, 2005).

há pouca reflexão sobre a escola básica? O professor Flávio Anício Andrade é até enfático: *se você pegar os trabalhos não tem escola básica.*

Na verdade, num olhar mais minucioso, pode-se perceber que as pesquisas raramente são feitas a partir da (e para a) escola básica, o maior exemplo é do ensino fundamental – o segmento em que a maior parte da classe trabalhadora está inserida que é preterido pela área. E porque se deve lembrar que, embora haja investigações feitas sobre as “Escolas Técnicas” que em tese pertencem à Escola Básica, dentro da realidade da escola brasileira são exceções. A professora Iracy Picanço na entrevista confirma: *da escola básica a pesquisa que tem sido um pouco mais percebida é sobre o “trabalho docente”.* Os estudos feitos sobre as escolas técnicas recaíram muito sobre as questões de Estado, das políticas para Educação Profissional, que sem dúvida são imprescindíveis, mas analisaram menos o reflexo dessas questões na escola. E há ainda poucas investigações específicas sobre as escolas técnicas (pelo menos para os trabalhos apresentados no GTTE) que contemplem outros assuntos além dos da política educacional, que contemplem sua relação com a escola básica em geral, que avalie experiências educativas, etc. Definitivamente, o GTTE pretere a Escola Básica.

E sobre a questão do GTTE estudar menos outros trabalhadores que não sejam da indústria, essa não é uma realidade somente para o GT, mas da própria área, como já nos advertira Helena Hirata (2003). Hirata afirma ter sido comum que as pesquisas tomassem para as suas análises o arquetípico trabalhador masculino da fábrica, quer dizer, já seria bem provável que o GTTE não estivesse imune a esta forma de orientar a pesquisa. A professora Marlene Ribeiro, coordenadora do GTTE (biênio 2005-2006), nos dá a seguinte passagem:

As questões referentes ao trabalho camponês e sua relação com a educação, de modo geral, não têm merecido maiores estudos por parte do GT, salvo por parte de alguns pesquisadores. Isso me parece, decorre do arraigado preconceito que está encarnado na nossa formação e atuação de que a produção camponesa tende a desaparecer para dar espaço a uma agricultura mecanizada e em moldes capitalistas. Esquerda e direita, com explicações diferentes, coincidem nesta afirmação, o que é confirmado por vários autores.

A professora não somente nos oferece a sua percepção sobre o assunto, como também oferece alguma explicação a respeito - uma hipótese para a preterição do trabalhador do campo nas pesquisas em Trabalho e Educação. Na análise da produção escrita do GTTE que fizemos no capítulo 3 isso também ficou

constatado que muitos foram os estudos que estavam considerando como referência os trabalhadores da indústria de ponta; e um número menor de estudos se diluía noutros tipos de trabalhadores, como os da saúde, do setor bancário, do campo, etc. O GTTE se concentra nos estudos sobre o “trabalhador da indústria”, sobre a figura clássica do “proletário”, quando reflete a formação profissional até mesmo quando aprofunda sua teoria. A professora Eunice Trein também ensaia uma explicação para esta preferência do GTTE:

Se você toma o conceito de classe social como um conceito importante nessa teoria [marxista], e você pensa a classe trabalhadora, como classe possivelmente revolucionária, [pensa] naquele trabalhador da fábrica. Nessa medida, o apelo à pesquisa empírica no âmbito da fábrica é maior.

Trein mostra como, por conta da teoria marxista e a concepção de classe revolucionária, há um apelo ao trabalhador fabril, possivelmente por percebê-lo como o que estaria à frente da classe dos trabalhadores. No final do capítulo 3 questionou-se, com a ajuda também de alguns estudiosos como Pochmann (op. cit.) e Antunes (op. cit.), se ainda era justificável continuar a investir estritamente no trabalhador fabril, já que este era cada vez menor no universo total dos trabalhadores. A professora Marlene Ribeiro, também em sua entrevista, lembra que o protagonismo do trabalhador fabril dentro da reflexão histórica da esquerda, marxista, teve em muitos momentos de ser re-avaliado:

(...) a história das revoluções mostra que estas não foram feitas em países em que o trabalho era predominantemente industrial; mostra, também, que os movimentos sindicais após as revoluções do século XIX, tenderam a enquadrar-se nos moldes do Estado social e hoje, com o esvaziamento deste modelo de Estado e com o desemprego e subemprego em massa, estão bastante fragilizados porque não dispõem de base, ou seja, reduziu-se drasticamente o número de sindicalizados. Outros estudos sobre campesinato evidenciam a recuperação de escritos já no fim da vida de Marx e também de escritores russos tentando recolocar a questão da comuna rural russa, que é anterior à Revolução.

Quer dizer, a mesma teoria marxista que dá ao trabalhador fabril lugar de destaque e liderança também permite, até por conta da pujante realidade social, estender a reflexão para os outros trabalhadores. O professor Gaudêncio Frigotto (na entrevista), um dos fundadores do grupo, também faz um alerta sobre isso:

De um lado, a questão marxista é muito mais de concepção de realidade e de métodos (...), então na medida em que restringe a

temática é um reducionismo. Acho que desse reducionismo o grupo não esteve imune ou mais que reducionismo, estreitamento temático e que pode ter uma explicação no foco, porque a questão do trabalho na sua forma histórica de trabalho alienado, de desemprego, de trabalho precário é candente...

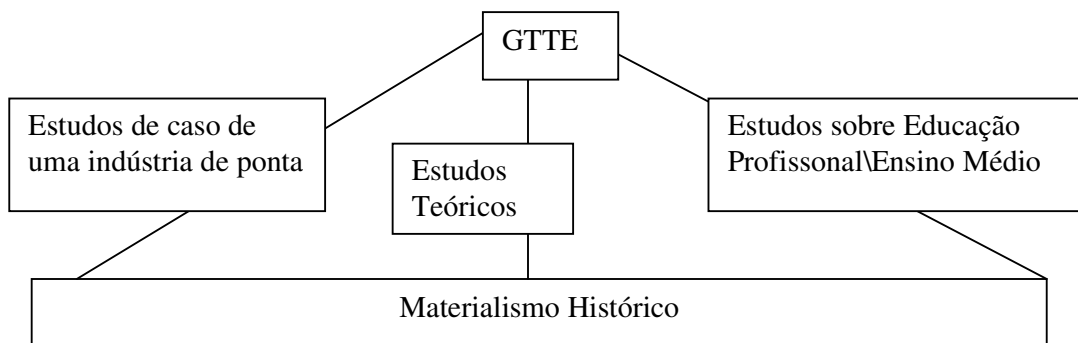
Compreendemos, com a contribuição de Frigotto, que embora compreensível o corte na temática por conta da necessidade do foco, não justifica que isso aconteça a todo o momento e sem os devidos cuidados, pois o reducionismo é possível. Ao lembrar, que o trabalho se apresenta sob a sua forma histórica, mostra que a perspectiva teórica do marxismo precisa lidar com as suas variadas formas e re-estruturações.

Uma hipótese que levantamos no início de nossa investigação e foi se confirmando, principalmente no capítulo 3, foi a de que o GTTE tem predileção por trabalhos teóricos de um lado e por “estudos de um caso” do outro. Até então foi visto que estudos teóricos possuem duas características principais e convergentes: a de revisitar os teóricos clássicos do marxismo para a própria defesa do materialismo dialético, ligando-se ao enfrentamento dos “novos temas” trazidos pela década de 90 (temas “adversários” do marxismo): como o suposto fim da centralidade do trabalho como categoria analítica do social, o das mudanças na base técnica do capitalismo, o do neoliberalismo, o da crise da esquerda, etc. E em relação aos estudos de um caso foi visto que geralmente são sobre os setores de ponta, principalmente do setor industrial, com a tarefa principal de denunciar a “nova pedagogia da fábrica” – novas formas assumidas pela “Teoria do Capital Humano”, novos modelos de conformação para o trabalhador, etc. Essas seriam as características principais dos “trabalhos enviados” ao GTTE. Os “trabalhos encomendados” e os “minicursos” acentuam as características dos trabalhos que denominamos como “teóricos”. Agora vejamos um pouco a problematização e a explicação que os nossos entrevistados trazem a respeito.

Primeiramente é interessante trazer a contribuição da professora Geórgia Céa, porque ela não vê essa polarização como problema:

Não vejo essa polarização (...) como um problema; acho que a diversidade de trabalhos, enfoques e abrangências resulta da própria diversidade e abrangência da área. Suponho ser necessário identificar que conflitos estão por detrás dessa polarização, se é que ela existe.

Antes de identificar os conflitos, vale ratificar e re-qualificar essa polarização, que de forma pertinente a professora Cêa questiona a existência. Dos 132 trabalhos (ver anexo 1) que analisamos no capítulo 3 vimos que possuíam *presença determinante* os seguintes temas: “Estudos sobre a indústria”; “Estudos que consideram estarmos num momento de crise ou de novos paradigmas”; “Estudos que denunciam a ‘(Nova) Pedagogia da Fábrica’”; “Estudos que denunciam os ‘interesses’ dos empresários”; “Estudos que se relacionam com a educação formal”; “Estudos que defendem o marxismo” (ver quadro 17, capítulo 3); e os seguintes tipos de abordagem: “Estudos de (um) caso”; “Estudos que são essencialmente teóricos”. Enfim – procurando aqui um pouco mais de precisão – dos 132 trabalhos analisados encontramos estatisticamente: 26 que tratam efetivamente da “teoria”, 24 que priorizam o “estudo da formação profissional no ensino médio (precisamente as escolas técnicas)” e 20 que preferiram o “estudo de um caso do setor de ponta”, juntos representam maioria absoluta, 53% dos trabalhos no GTTE. Os outros 47% se diluem em vários subgrupos menores com estudos que: dialogaram concretamente com a escola básica (além do ensino técnico); estudaram outros setores do setor “terciário” e do “terceiro setor”; fizeram estudos históricos; tomaram outros temas, como o trabalhador do campo, questão do gênero, da etnia, etc.; analisaram experiências vindas dos próprios trabalhadores; etc. Pode-se inferir que o GTTE é um tripé, constituído por pesquisas teóricas, estudos de um caso e pesquisas sobre a formação profissional nas escolas técnicas, todos três sobre uma base marxista:

Diagrama: *O GTTE e o seu Tripé*

A seguir vamos trabalhar com os principais pontos de encontro (divergentes ou convergentes) entre os autores-pesquisador entrevistados, procurando promover um diálogo entre eles e com o estudo que vamos fazendo. Um grande desafio, pois significa construir uma linha narrativa, conseqüentemente baseada numa interpretação nossa, que se aproprie das reflexões e opiniões dos autores-pesquisador evitando deturpá-los.

5.3.2.2 Dos trabalhos teóricos aos trabalhos de um caso

É interessante mais uma vez começar com a contribuição da professora Acácia Kuenzer, uma das fundadoras do grupo, por ter sido uma das mais críticas a alguns movimentos que o GTTE tem tomado para si. Algo que veio não só de sua entrevista, mas de passagens de seus textos, ao longo deste estudo. Kuenzer vem alertando que alguns trabalhos ora se apresentam muito generalistas, ora se apresentam por demais descritivos, e ela denuncia que essa característica está presente até nos estudos que tomam a escola básica, quer dizer, nos estudos que tomam a formação profissional no ensino médio:

Está na hora de nós voltarmos a olhar essa parte da sociedade que é a educação sistematizada, que é a escola, e ver como é que a reestruturação produtiva, o estado neo-liberal estão presentes ou ausentes ali... Como é que a escola faz essas coisas. Agora, vêm muitas pesquisas, principalmente do ensino médio, que vão ouvir a escola sobre o momento da reforma liberal e constataam o óbvio, aquele passou ao largo, daí conclui que não aconteceu nada. Você tem que estudar as grandes explicações para essa relação, mas você tem que ir buscando por diferentes mediações: Como é que isso se explicita na escola, e é isso que não acontecia, era isso que o Arroyo criticava, e eu e a Iracy também...

Agora, de maneira geral, Kuenzer não está preocupada com a predileção em si que faz o GTTE pelos estudos teóricos, mas sim pelo tipo de teoria que se faz:

Como diz Lênin, nada mais prático que uma boa teoria, o GT tem a obrigação de a partir da intenção da prática, fazer a reflexão teórica, para isso é o GT. Porque ele não é um GT de extensão, ele é um espaço de reflexão, e tem que avançar teoricamente. Mas avançar a partir da realidade... nada mais prático do que isso...

Já a professora Iracy Picanço acentua um pouco na crítica ao investimento maior que se faz nos trabalhos teóricos, ela, por exemplo, atribui a saída do professor Miguel Arroyo ao aumento desse tipo de trabalho no GT, embora ela também lembre um fato curioso desse professor:

Ele a rigor se afasta... embora Arroyo no começo ele admitia que nós fôssemos uma espécie de guarda-chuva teórico na Anped. Eu discordei a vida inteira disso, porque eu não podia admitir, porque por mais que cada grupo não assumisse a discussão teórica, a teoria está ali, no que eles fazem... senão a gente vai admitir que teoria pode ser abstração e não é. Está sempre (...) no elo dialético entre a empiria e o que está [sendo] construído teoricamente. [De qualquer forma] quando o GT vai tomando um ar predominantemente teórico cansa Arroyo...

Para Picanço, o grupo se torna predominantemente teórico. Ela atribui essa característica ao perfil que possuíam (possuem?) alguns membros fundadores do grupo e de certa forma a um certo papel assumido dentro da Anped.

Agora, sobre os estudos de caso, Kuenzer relembra que foi exatamente isso que ela fez no clássico *Pedagogia da Fábrica*, mas tem ressalvas a fazer para o que tem visto ultimamente:

Estudos de caso para mim é pretexto para você fazer uma análise teórica, (...) entender melhor como a parte reflete a totalidade. E como a totalidade é reflexo dessa relação entre as partes. Isso para mim, trabalhar com a categoria totalidade, implicava em trabalhar a parte. As pessoas de um modo geral comentam, ficam no caso, em muitas dessas pesquisas, numa descrição fenomênica do caso, o que ainda é pior: eu fui à fábrica, vi isso, vi aquilo, lá acontece isso, lá acontece aquilo. Eu fui à escola, lá acontece isso, lá acontece aquilo. Sem nenhuma análise. Então, essa é a nossa preocupação.

As reflexões de Kuenzer e Picanço vão ao encontro da problematização que fizemos anteriormente, de que: a relação entre estudos teóricos de um lado e “estudos de caso” do outro não tem imediatamente garantia de complementaridade.

5.3.2.3 Entre os *Seniors* e os *novatos*

Um ponto interessante que trouxe a professora Acácia Kuenzer foi sobre como o GTTE lida com as demandas diferenciadas dos pesquisadores *seniors* e *juniors*. Na verdade, algo que pode ser um ponto de tensão interessante, em que seu conteúdo já explicaria certos movimentos do GTTE, mas também a forma com que se apresenta pode ser reveladora de algumas escolhas e características do grupo. Eis a Acácia:

Não houve o cuidado da manutenção de alguns espaços, para que os pesquisadores mais experientes continuassem (...). A questão não era tirar o pessoal da sala, mas era um espaço de discussão mais profunda, era só isso que eu e a Iracy queríamos. ... Eu fiz três reuniões anuais em Curitiba assim. Os alunos viam, sabendo que eles só poderiam intervir quando chegasse a vez deles. Porque era um espaço de discussão altamente qualificado. Onde eles iam aprender muito e depois iam perguntar. Mas não tinham o direito de intervir com perguntas primárias já resolvidas, dificultando (...) o avanço teórico que oito ou dez seniors poderiam ter. A visão da Anped de organização, a partir dessa ampliação foi muito próxima da CNPq, virou uma coisa de supermercado... E com a lógica produtivista que vem da Capes, de 97 para cá, veja que isso tudo é mais ou menos no mesmo período... Começou todo mundo ter que produzir, os alunos também tinham que produzir, e criou certa sistemática, de você ter espaço de apresentação de trabalhos, mais formalizado para esse estilo, como nós temos hoje. (...) A apresentação dos trabalhos, à exceção do trabalho encomendado, virou uma apresentação de trabalho de seleção de autores. [Perdeu-se] Aquele caráter sênior que tinha, de avaliação a partir de uma pauta: Quem está produzindo o quê? Quem que avançou aqui? Quais são as suas dúvidas? Quem pode com seus orientandos tocar tal pesquisa?

Percebe-se na crítica da Acácia Kuenzer, uma crítica não somente ao GTTE, mas também ao atual modelo de incentivo à pesquisa adotado pelas principais agências públicas do país, o CNPq e a CAPES, que marcam sua influência, antes mesmo do que no grupo, já na própria Anped. Vimos no capítulo 2 que a Anped já não dá conta da demanda de trabalhos que lhe chega. Para Kuenzer, isso explica em parte o porquê de haver a sensação de que a área não avança, chega a dizer:

nós não estamos avançando para dar respostas aos trabalhadores, na perspectiva de construção de seu projeto educativo, na linha da contra-hegemonia...

No capítulo 2 trouxemos a hipótese de que pelo atual modelo da Anped, com comitê científico, pareceristas *ad hoc* e considerando a quantidade de trabalhos enviados, a tendência maior seria de contemplar aqueles em que a qualidade da parte escrita fosse mais evidente do que alguma novidade que pudesse trazer na temática. E que para os pareceristas seria mais fácil se responsabilizar por trabalhos com consistência teórica e temas próximos (por isso mesmo a tendência à endogenia) do que aqueles que trouxessem novas categorias e realidades (ainda que essa fosse uma das orientações para o comitê científico). A partir da Kuenzer e das reflexões que vêm desde o capítulo anterior, pode-se perceber, de acordo com a atual organicidade da Anped, que os trabalhos tendem a ser mais “concorrentes” quando reproduzem os “domínios consagrados da área” (uma lógica que se remete à Anped, mas não parece ser específica do GT Trabalho e Educação...). De algum modo, Acácia Kuenzer vê isso como o que *cansa* alguns dos pesquisadores *seniors*. Por conta disso é que sua crítica ao GTTE, ou melhor, à própria Anped cobra mais espaço para os *seniors*:

Exatamente porque essa lógica produtivista e a necessidade dos novos doutores apresentarem trabalho, não se colocavam. Então nós [seniors] deixamos de apresentar trabalho. Agora, para você ver, qual é o sentido do Gaudêncio concorrer com um “paper” com recém doutores?

Na verdade, é uma questão polêmica a que traz a professora Kuenzer, que sem as devidas ponderações pode parecer um movimento anti-democrático e/ou elitista. E contra isso ela argumenta:

[Quando se é senior...] para você apresentar trabalho... ou você tem que ser convidado, e é claro tem que ser feito um rodízio, não pode ser toda vida o mesmo, isso é necessário, ou você apresenta um paper, como qualquer um outro evento. Veja, nós já não estamos mais nessa condição de concorrer com recém doutores. O GT não criou esse espaço para os seniors apresentarem os produtos de seus trabalhos. E o GT, por conta de uma falsa percepção, do que seja democracia, porque acho que isso é falso, abriu espaço só para os novos e os velhos ficaram sem espaço.

Interessante na insatisfação de Kuenzer é que ela não percebe o GTTE como endógeno ou auto-referencial – um de nossos eixos de análise e uma das preocupações da própria Anped em suas avaliações (ver capítulo 2) –, e não vê

que a sua proposta, a princípio, pudesse acentuar essas características. Com Kuenzer, podemos começar a ter uma percepção diferente para a questão da endogenia. No quadro 1 (capítulo 1) percebemos como o GTTE é auto-referencial em relação principalmente às referências bibliográficas, que se volta para seus principais autores, os mesmos que também participaram e construíram o grupo. Nesta tese, no capítulo 2, vimos como os trabalhos encomendados e os minicursos são realizados principalmente pelos autores-referência das instituições mais influentes do GTTE. Por isso que é interessante tentar compreender com mais cuidado a proposta de Kuenzer. Kuenzer não demonstra interesse em diminuir espaço para os *juniors*, mas sim por mais espaço para os *seniors*.

A professora Geórgia Cêa teve uma reflexão para essa aflição e ao mesmo tempo proposta de Kuenzer:

Como esse “sofrimento” dos pesquisadores seniors poderia ser diminuído: convidando-os para conferências, restringindo a exposição de trabalhos a eles, privilegiando a divulgação de suas obras? Uma opinião desta sem a indicação do “como” encaminhar uma proposta alternativa deixa espaço para muitas interpretações, das mais preconceituosas às mais “férteis”. Penso que uma alternativa seria definir, anualmente, uma temática e um debate envolvendo os pesquisadores seniores, de modo que um dos dias de encontro do GTTE fosse destinado para tal fim; nos demais seriam apresentados os trabalhos selecionados, envolvendo a discussão conjunta entre seniores e juniores. Estou certa que os juniores lotariam a sala no dia da discussão dos seniores. Mas duvido que ocorra o contrário.

A reflexão feita pela professora Cêa é interessante para entender a situação dos *seniors*, mas também destes com os novatos. E de algum modo ela revela que é uma situação que traz alguma tensão:

Percebo que há por detrás dessa opinião uma certa dúvida lançada sobre a qualidade teórico-metodológica dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores mais jovens. E isso é contraditório, visto que os jovens pesquisadores são ou foram, na sua grande maioria, orientandos dos pesquisadores seniores.

Esse ponto de vista de Cêa é importante porque feito a partir e para os “novatos” pode estar representando um subgrupo dentro do GTTE que dificilmente teria como refletir o seu próprio lugar no grupo e sua relação com os demais. Difícil porque ainda não se fixaram, ainda não compreenderam certos jogos, não perceberam essa insatisfação dos *seniors* e até porque foram acolhidos e, bem ou

mal, conseguiram ter o seu espaço inicial. O maior desafio para os novatos é manter a expressão que conseguiu no início e obter mais prestígio e “autoridade científica”. Enfim, o que se pode inferir dessa “maneira de ser” do GTTE?

A percepção de Kuenzer, também em nome dos outros *seniors*, é importante porque no mínimo coloca a necessidade de refletir o espaço que significa o GTTE e dentro da Anped. De algum modo, a percepção de Kuenzer sugere que a atual estrutura da Anped, que recai sobre o GTTE, contempla mais a necessidade dos novatos do que a dos *seniors*. No capítulo 1, Trein e Ciavatta (op.cit.) nos mostraram que o espaço do GT não é de pesquisa em si, pois seus participantes não possuem um compromisso de pesquisarem juntos, mas é um fórum de divulgação e debate para os pesquisadores da área. Por conta disso mesmo, como já afirmamos anteriormente, há muitas questões que antecedem ao GTTE, e não estamos falando nem das estruturais, mas daquelas que se referem à realidade dos pesquisadores, aos núcleos de pesquisa, às principais instituições que pesquisam na área, etc. Quer dizer, quando dissemos que o GTTE não está avançando teoricamente, na verdade o que está ocorrendo é a revelação do problema que vem antes mesmo do GT, como vimos na avaliação do Intercrítica. Na verdade, este estudo do GTTE se justifica também por isso - o GTTE como um termômetro da área. Não obstante, há algumas especificidades, encaminhamentos, do próprio GTTE que podem ajudar como podem atrapalhar e acentuar ainda mais os problemas. Por isso que a observação de Cêa é tão pertinente, sendo os novatos “resultado” direto desses espaços de pesquisa e conseqüentemente dos pesquisadores *seniors* é uma contradição não encontrar neles algum reflexo do que orientaram os seus núcleos de formação⁸⁸, seria uma contradição não perceber neles algum avanço teórico da área e somente nas reflexões dos mais antigos. Como fazer novos encaminhamentos que contemplem às necessidades de todos? A Kuenzer tem uma argumentação a favor de um espaço especial para os *seniors* e contra a fragmentação que pode haver quando só se dá espaço para os recém-doutores e suas pesquisas ainda incipientes:

Não é assim que você produz ciência... Se um dia você faz essa pesquisa aqui, outro dia você faz essa pesquisa em outro lugar, e

⁸⁸ Algumas questões precisam ser feitas nos próprios núcleos e instituições de pesquisa anteriores ao GTTE: o quanto as orientações feitas aos novos pesquisadores os retêm reféns dos mesmos estudos, das mesmas referências e até das mesmas conclusões? O quanto os programas de pós-graduação em educação podem ser mais diretivos em relação às escolhas e orientações dos estudos e investigações da área sem cair na arbitrariedade?

depois lá... Você não consegue nunca aprofundar nada. Eu tenho consciência de que eu ainda sei muito pouco (...). Agora que eu comecei, agora que eu acho que entendi o que é essa nova pedagogia da fundação flexível, daí é que estou começando a estudar a cadeia [produtiva], agora, depois de vinte anos. Estudei em empresas de vários ramos para chegar às conclusões que eu tenho hoje, que são provisórias e precárias. Mas que já me permitem agora entender, como essa relação de precarização do trabalho da educação se dá ao longo da cadeia produtiva. Isso é um saldo de qualidade, mas eu levei vinte anos para ver esse salto, você não produz ciência assim borboleteando...

Não obstante, vale a pena trazer a crítica de Flávio Anício Andrade, que questiona o momento do GT, questiona até a produção mais recente dos *seniors*:

Há também uma diminuição dos trabalhos da produção na área. Qual é o último livro, trabalho mais interessante que foi lançado na área de trabalho/educação? Faz tempo que você não tem produção, mesmo [para] os que têm uma tradição de produção, faz um tempo que não estão produzindo mais, você não vê mais trabalhos, você vê muitas coletâneas, artigos em geral falando de coisas já faladas, acho que a gente está num momento de entressafra, você não tem uma produção significativa mais interessante, está todo mundo meio ainda tateando essas mudanças...

Posto os elementos dessa discussão, diante das reivindicações dos *seniors*, considerando às pressupostas necessidades dos *novatos* e nossos estudos anteriores que mostraram que o GTTE é auto-referencial, pode-se inferir que o encaminhamento de uma proposta de mais endogenia é temerária, já que poderia contribuir para que o grupo se fechasse (neste caso, negativamente) ainda mais. Não obstante, é necessário rever o espaço dado aos *seniors*, e destes com os *novatos*, com o devido cuidado de manutenção da dialética, abertura para o novo, mas com a manutenção de alguma memória. Sem dúvida, um dos desafios que o GTTE precisa enfrentar.

5.3.2.4 Ortodoxia ou heterodoxia: concentrar ou diversificar temas?

Acima, no estudo da relação entre *seniors* e *novatos*, tentamos perceber que conteúdo ofereciam nossos entrevistados a esse respeito, mas também como a relação entre eles (os entrevistados) em suas diferentes posições e com as suas diferenciadas demandas contribuem para entender mais o GTTE. Em complementação, agora, procura-se entender mais uma das problematizações

levantadas nos nossos estudos e pelos próprios entrevistados, o desafio de tentar entender qual seria a melhor orientação para o GTTE: “ortodoxia”, no caso voltar-se ainda mais para o próprio marxismo, ou “heterodoxia”, permitir maior diálogo com outras teorias “estranhas” ao marxismo? E no seu corolário: quanto a escolha por ortodoxia ou heterodoxia influencia na concentração ou diversificação dos temas? Para começar vale iniciar com a contribuição do professor Paulo Tumolo, emblemática, porque quando perguntado se ele revisava os referenciais marxistas, respondeu:

Não sei o que você quer dizer com “revisar alguns preceitos marxistas”. Em todos os meus textos, inclusive os que apresentei nas várias reuniões da Anped (...) eu me fundamento no referencial marxista, sobretudo na contribuição teórica do próprio Marx, demarcando assim a afirmação deste referencial. Deste ponto de vista, não há nenhuma “revisão de preceitos marxistas”.

Emblemático, por conta da ênfase que dá à defesa de mostrar que o termo “revisar” é inadequado, em que mostra não ser suficiente revisar os preceitos marxistas, mas sim adotá-los integralmente. Tumolo, ex-coordenador do grupo, não só mostra a sua identificação com o marxismo, mas o quanto essa identificação precisa ser contundente. A questão é saber o quanto a identificação com outra teoria pode ser tão contundente a ponto de não descredenciá-lo de participar do grupo. Tumolo acredita que o grupo não exclui pensamentos diferentes do marxismo:

No GT há participantes que se fundamentam em outros referenciais teóricos que não o marxismo, inclusive na Escola de Frankfurt. (...) O GT vem se balizando pelo referencial marxista, com diferenças de leitura, o que pode ser constatado ao observar sua evolução histórica. Contudo, a filiação ou não a essa concepção não é e não pode ser critério de escolha de trabalhos, o que também pode ser constatado ao longo de sua história.

Sobre a questão de que *pode ser constatado ao longo de sua história* isso tem que ser um pouco mais averiguado, pois não é muito evidente. Kuenzer, por exemplo, revelou o quanto sempre foi importante para ela avaliar os trabalhos priorizando a questão epistemológica. A passagem a seguir da Acácia também é emblemática, pode-se dizer que para muitos é até polêmica, traz novamente a reflexão dele sobre a relação dos *seniors* com os novatos:

Está tudo bem, vamos deixar que os novos venham fazer seus trabalhos, mas vamos criar umas tardes para os seniors

discutirem... Mas também [isso] nunca se firmou, porque nunca dava tempo e a coisa foi perdendo um pouco o sentido, já que GT estava com uns duzentos participantes, ali ele ficou plural mesmo, porque tinha gente com diferentes correntes teóricas. [Antes] Os trabalhos não refletiam essa pluralidade, provavelmente é porque a comissão de avaliadores era dos mais antigos, e evidentemente deve ter havido uma seleção por epistemologia. É natural, mas tinha tudo, mas não se apresentava de tudo, porque éramos nós que dávamos os pareceres. Eu dei parecer por muito tempo... [e] Ferretti, a Eunice, o Gaudêncio, a Maria. Ali é claro, passava por um filtro, que era um filtro epistemológico mesmo, mas abriu...

O fato é que há uma tensão bem forte sobre este ponto, posicionamentos diferentes que podem até convergir, mas não há garantias. A professora Iracy Picanço, por exemplo, não vê de forma semelhante a Kuenzer, quando o assunto é o tratamento sobre temáticas diferentes e até adversárias ao marxismo:

Ficamos um pouco em torno de nós mesmos. Eu agora estava brincando, dizendo, tomamos a empiria mais pelo umbigo, eu disse no GT, (...) enfrentar o debate ao interior nos grandes momentos isso sempre ocorreu... Mas o enfrentamento de linhas diferentes de pensamento... (...), quando a gente se estende, a gente estende um pouco para os nossos pares [no caso, do marxismo] ...

Picanço, com o seu depoimento, mostra que o tal “filtro epistemológico” pode trazer uma perda para o grupo, porque pode acarretar em falta de debate e pouco enfrentamento de outras correntes teóricas. Enquanto que para Kuenzer, alargamento teórico pode na verdade ser sinônimo de ecletismo improdutivo. Há como convergir esses pontos de vista? Provavelmente sim, mas o interessante é perceber que partem de forma diferente para enfrentar os atuais desafios em que a área se encontra.

Na avaliação que fizemos antes, com a ajuda do documento do Intercrítica, foi visto um esvaziamento da área, perda de alunos para outras áreas, resistência e até perseguição aos autores da área de trabalho e educação. Picanço lembra que é algo bem diferente de anos atrás, quando os intelectuais da área de Trabalho e Educação eram bem recebidos:

[Os] intelectuais [da área de Trabalho e Educação] tinham lugar emblemático na educação brasileira, eram chamados pra tudo, até no ambiente do Estado...

Um dilema interessante se põe aos pesquisadores do GTTE, o marxismo que lhes dá prestígio e autoridade científica dentro do grupo é o mesmo que não lhes dá

fora do grupo. Para Kuenzer o maior problema está numa produção teórica, dentro do marxismo, com pouca qualidade.

E isso, eu acho que às vezes impacta também negativamente na qualidade das teses. [Quando] você trabalha com os autores marxistas e faz a pesquisa sem domínio do método sai coisas terríveis, isso é também uma limitação, mas a culpa é nossa também, dos formadores. (...) Nosso programa [da Federal do Paraná] é conhecido pelo rigor metodológico.

Uma outra entrevista, com a professora Lia Tiriba, representante do grupo da 2ª geração (considerando o tempo de participação – ver capítulo 2) no GTTE, esta intermediária entre os fundadores e novatos, também tem uma contribuição para esse assunto:

Vamos colocar como pergunta, será que nós saberemos formular um projeto, será que nós não seremos capazes de participar de um mesmo projeto de pesquisa, considerando as nossas diferenças como marxistas? Essa questão para mim é séria, porque se nós não formos capazes disso, de convivermos com as nossas diferenças, sem sermos taxados ou sem taxar o outro de revisionista ou de eclético, eu tenho impressão que nós vamos terminar como um GUETO, quando muito, nem falando, nem dialogando entre nós mesmos.

A questão de Tiriba é interessante porque revela uma preocupação com a possibilidade de o grupo fechar em si mesmo, e o interessante é que nesta passagem ela não está incluindo as teorias ditas adversárias, aponta uma dificuldade de diálogo dentro do próprio campo, dentro das variadas perspectivas do próprio marxismo. A seguir Lia Tiriba nos oferece uma passagem em que faz uma auto-crítica interessante, enquanto participante do grupo:

Bom, estamos pensando no GT não como algo abstrato acima das leis, mas algo do qual nós direta e indiretamente fazemos parte e construímos, [no entanto creio] que existam preconceitos da nossa parte, da qual eu mesma me incluo, como por exemplo, a questão da educação especial. (...) A não sensibilidade para determinadas temáticas esteja muito mais na questão do referencial teórico do que necessariamente na própria temática. De uma maneira geral esse exemplo (da educação especial) é uma temática que vem sendo abordada com referenciais teóricos que passam à margem do marxismo.

A professora Lia Tiriba contribui para, mais uma vez, confirmar o quanto o referencial teórico no GTTE se sobressai a qualquer temática. E mais, para também mostrar que algumas temáticas são prestigiadas e outras proscritas não somente por conta do referencial teórico hegemônico, mas sobretudo na relação que os agentes estabelecem com este referencial. O que nos permitiria supor que

uma abertura a novos temas pode ter como consequência o avanço teórico da própria perspectiva teórica escolhida pelo grupo, no caso o marxismo.

O professor Flávio Anício Andrade também tem uma reflexão interessante. De algum modo, ele mostra que os pesquisadores escolhem os GTs da Anped por vários motivos concomitantes, desde a temática, o referencial teórico, os autores-referência, *pares-concorrentes*, etc.:

É muito difícil alguém que vem da área de trabalho/educação fazer uma pesquisa com o trabalhador de educação especial... Quem vai chamar a atenção pra esse tema? [Isso] é [para] alguém que está na área de educação especial, (...) então ele vai acabar apresentando no GT de trabalho especial, porque lá estão ou quem ele conhece, seu orientador, ou os professores...Então naturalmente você vai pra aí.

Com Andrade e Tiriba, pode-se inferir que incorporar “novos temas”, é algo desafiador não somente por conta do referencial teórico a que se vincula, mas também por um certo enquadramento que existe nos campos. Talvez seja natural que as pessoas se filiem a determinados grupos, por conta da formação que teve, da interlocução que faz, das afinidades de modo geral. O problema aparece quando isso engendra “engessamento temático”, quando não pode haver interseções de temas, quando não se pode estudar “educação profissional” com “educação especial” porque os referenciais são diferentes, quando o grupo de Educação de Jovens e Adultos não debate com os que estudam a Educação Profissional, etc.

Com Andrade é possível retomar a posição do GTTE dentro da Anped, perceber a que fluxos e refluxos está submetido, que tipos de trabalhos demandam pelo GT em contraposição aos trabalhos postos como excedentes e aos trabalhos rejeitados. E assim também perceber que o GTTE não somente escolhe, mas também é escolhido. Vimos que o GTTE é muito visto pelo restante da Anped como sendo o GT responsável cada vez mais pela formação profissional, algo que Andrade também percebe, mas também aponta que é sobre as escolas técnicas que a demanda se realiza:

Agora, o GT, por essa dinâmica [atual], tende a se tornar, digamos entre um terço à metade, em torno da discussão dos CEFETS, ensino técnico, profissionalizante, isso vai se tornar uma constante, [digo] já é um pouco constante, vai ser uma marca, um tema que vai permanecer porque o próprio perfil de participação no GT incorpora o pessoal dos CEFETS. Ainda mais agora que os

CEFETS caminham para o ensino superior. Já há no Paraná, já está sendo implantado aqui no Rio e em outros lugares, aí vai ter mais gente ainda com perfil pra produzir. Os CEFETS vão competir entre si e tem que produzir, mostrar serviço pra conseguir prestígio... E aí o GT vai se tornar o lugar por excelência em que essa produção vai aparecer, então vai ser uma constância os “ estudos de caso ” dos CEFETS ...

Eunice Trein ratifica o argumento de Andrade:

A cada momento em que recrudescer, que se modifica, que se recoloca a questão da formação profissional, o GT reage com muita pesquisa em torno disso. Ou seja, no momento em que foi promulgado o decreto 2208, nós tivemos uma série de pesquisadores se debruçando sobre o projeto, analisando o conteúdo do projeto, analisando o desdobramento desse projeto, nas escolas técnicas, analisando em que medida esse projeto se relacionava com uma política mais ampla de educação. (...) Fica o momento também em que os próprios professores das escolas técnicas vão ao GT (...) [com questões]: O que fazer? Nós vínhamos trabalhando numa perspectiva politécnica, agora o governo exige que nós desmembremos a formação técnica, da formação geral. Como a escola deve se comportar? Quais são os mecanismos de resistência que nós podemos estabelecer? Em que medida vamos continuar defendendo uma perspectiva politécnica, formação integral? É o momento em que o GT não apenas propõe pesquisas, não apenas elabora teoricamente, mas sofre uma demanda da sociedade por pesquisas, que reage a isso.

As passagens de Trein e Andrade mostram que o GTTE não está imune (e que nem deve) à demanda e às novidades que vêm dos pesquisadores, sobretudo dos novatos. O que nos faz rever, nesse caso, a questão que tínhamos para o GTTE sobre o porquê de escolher determinados temas, na verdade, tem de se perguntar, de forma mais precisa, assim: por que o GTTE atrai determinados temas e não outros? Ou – carregando um pouco mais – que características possui o GTTE que o faz repelir alguns temas?

A professora Geórgia Cêa quando questionada se há temas menores ou proscritos responde o seguinte:

Há pesquisadores com maior ou menor coragem e capacidade teórica de provocar o GTTE e disputar internamente a incorporação de temas ou o destaque a outros.

A palavra “coragem” é reveladora, pois mostra um pouco que o modelo de organização atual do GTTE, que talvez não se restrinja a esse GT, orienta aos pesquisadores que se “arriscam” a enviar trabalhos ao grupo, e façam-no

preferencialmente em “bases seguras”, como vinha advertindo a professora Iracy Picanço. No caso do GTTE se traduz em trabalhos que tenham por base o marxismo, para assim: teorizar, realizar estudos de caso que denunciem a pedagogia da fábrica e mais recentemente estudar questões de educação profissional nas escolas técnicas.

Enfim, pode-se perceber que as opiniões dos autores-pesquisador a princípio não convergem, enquanto que para alguns o problema está na pouca abertura a novos temas, para outros está exatamente na “pluralidade” que o grupo supostamente estaria assumindo nos últimos anos. Enquanto uns acreditam que o problema e solução estão na questão dos trabalhos que desvirtuam a teoria marxista, para outros o problema está na teorização pouco combativa, sempre realizada em base por demais seguras. Para alguns, o problema não está em nenhum desses pontos, mas exatamente na qualidade acadêmica dos próprios trabalhos, vale trazer Flávio Anício Andrade:

A minha crítica maior [incide sobre o que] está sendo selecionado para ser apresentado. Há trabalhos que estão sendo apresentados que são (não diria nem básico) são mal feitos e têm um monte de falhas e buracos.... Então, eu discuto os critérios [de como] que entram... Como é que está sendo feita a seleção? E aí, [desejando evitar] o risco de cair no elitismo, (...) se você apresenta um trabalho que está muito inicial, muito básico, não vai ter o que discutir. O que você vai discutir?

Não obstante, colocar a suposta baixa qualidade dos trabalhos apresentados ao GTTE, como sendo a resposta para os problemas levantados, é temerário, pelo menos para o eixo de análise que optamos aqui. Primeiro, já foi dito que o GTTE é um fórum, assim sendo a má qualidade dos trabalhos estaria começando nos núcleos, nas instituições de pesquisa e formação anteriores ao GT. Segundo, atestar que o trabalho é de má qualidade, sabendo que ele passou por um comitê científico de avaliação e de que o seu autor enfrenta um fórum em que estão os seus principais formadores e referências é uma contradição (como foi apontado pela professora Geórgia Cêa). Na verdade, é necessário destrinchar mais, o que caracterizaria a “má qualidade” dos trabalhos? Pelos depoimentos de nossos entrevistados e a partir dos estudos que fomos fazendo, a “má qualidade” não parece estar tanto nos quesitos acadêmicos do trabalho, na redação, na organicidade do texto, mas sobretudo: na repetição dos temas, na repetição das

abordagens, na superficialidade da teoria e na repetição até dos objetos de estudo. Talvez o que falte aos trabalhos não é qualidade, mas ousadia...

5.3.2.5 Capital X Trabalho: onde está a contradição?

Há um outro ponto que alguns dos entrevistados trouxeram e de algum modo se confrontou com as análises dos capítulos anteriores, também importante para o GTTE porque é assunto visceral à teoria marxista: a relação Capital X Trabalho. E começamos com a professora Iracy Picanço, que, mais uma vez, teve a sensibilidade de perceber uma característica importante para entendimento do GTTE, de uma análise que teve oportunidade de fazer da Tese da professora Acácia Kuenzer e chegou ao seguinte:

E eu sobretudo levantava que não dava para você examinar aquela idéia do trabalho e educação apenas pela lógica do capital, mesmo se opondo criticamente ... Marx não pôde na sua história de vida enfrentar o Trabalho, que era sua intenção, por isso ele examinou em profundidade o Capital, mas no segundo momento eu diria que é isso que faria. Acácia, na sua tese, desenvolve essa direção, de também ajudar os trabalhadores e ver como o Capital se colocava. Na idéia dela, [como o Capital se colocava] na própria pedagogia, no âmbito da fábrica...

Isso corrobora um dos resultados que tivemos com a análise da produção do GTTE: o grande investimento que muitos autores-pesquisador faziam em denunciar a “pedagogia da fábrica”. Uma denúncia importante, mas proporcionalmente muito mais recorrente do que qualquer “pedagogia do trabalho”, seria trazer um pouco da reação dos trabalhadores, suas experiências contra-hegemônicas, alternativas, etc. A denúncia da “pedagogia da fábrica” vem contribuindo para entender os mecanismos da exploração, da conformação, etc., mas, como alerta Flávio Anício Andrade, nem a questão da “politecnicidade” está sendo posta:

(...) [Há] coisas que não avançam. [Por exemplo,] todo mundo fala de “politecnicidade”, da “formação politécnica”... A questão sempre foi: o que é isso, quando se fala de formação politécnica exatamente o que está se dizendo com isso?

Quer dizer, de maneira geral, a reflexão de um horizonte alternativo é esquecido. A questão da politecnicidade praticamente não é mais visto desde a professora Lucília

Machado, só passando um pouco pelo professor José Rodrigues (ver capítulo 1) há um bom tempo. Menos ainda aparecem as experiências dos trabalhadores. Não obstante, o professor Paulo Tumolo lembra que há trabalhos que fizeram estudos sobre as experiências dos trabalhadores:

Que eu me lembre, há muitos trabalhos que versaram sobre “outras experiências dos trabalhadores”. Eu mesmo apresentei alguns trabalhos sobre formação sindical da CUT (é verdade que numa perspectiva crítica). Além de mim, outros pesquisadores também o fizeram, como Sonia Rummert e outros. Também há trabalhos que tratam das experiências do MST, etc.

Na verdade há, mas, proporcionalmente num número muito menor do que os que versaram sobre como o Capital se realiza no espaço da fábrica e na influência sobre as escolas técnicas. O professor Andrade, por exemplo, tem uma percepção diferente da de Tumolo:

[Sobre as experiências dos Trabalhadores], já houve alguma coisa, um ou outro apresentando coisas ligadas a sindicato, por exemplo, mas você não vê falar em sindicato há muito tempo no GT. Então, o tema sindicato, o tema trabalhador e suas práticas e tal sumiu do GT faz um bom tempo. Houve estudos sobre a CUT [...] (Tumolo fez a tese dele sobre a CUT), apresentação sobre a CUT, mas depois? E também muito em um tom denunciata, a CUT está indo para direita pronto...

Quer dizer, o alerta de Picanço continua: onde estão os espaços de organização dos trabalhadores? O que estão fazendo os trabalhadores? E uma questão mínima: quem são eles? Na análise sobre a produção escrita do GTTE percebemos que praticamente não havia estudos de trabalhadores: do setor terciário, do terceiro setor, da área da saúde, dos organismos públicos, do setor primário, precarizados, etc.

E há uma demanda importante, as realidades em que estão postos os trabalhadores são inúmeras e precisam de pesquisa, a Acácia Kuenzer traz dois episódios importantes que realizou junto aos trabalhadores. No primeiro ela mostra que há momentos, na relação Capital X Trabalho, que, mesmo sem desconsiderar os conflitos de interesse, é possível fazer negociação:

Agora, cria-se até um espaço de negociação interessante, como a que se criou na refinaria que eu pesquisei lá em Araucária. Tem de haver uma negociação, porque a proposta de pedagogia que nós desenvolvemos com trabalhadores (...) foi muitíssimo melhor do que tudo que eles faziam, os trabalhadores estão felizes, dizendo

que era tudo que eles queriam. [Certamente que] O Capital vai se beneficiar disso. Mas houve uma negociação, que foi possível porque aparentemente os interesses são os mesmos... Mas tinha um foco que articulava esses interesses contraditórios, que era o capital precisando dessa forma teórica, para evitar o risco de acidente, trabalhar mais e com mais segurança, por conta da introdução do sistema que tem controle basicamente eletrônico. Os trabalhadores também queriam ser mais fortes... Então entramos fazendo essa mediação e saíram 3 anos de proposta pedagógica fantásticos.

Essa passagem acima é da própria autora da “Pedagogia da Fábrica”, mostrando o quanto a pesquisa e a consciência do momento histórico engendram até novos posicionamentos, certamente sem que isso signifique abandono de princípios, como fica claro na crítica que ela faz aos trabalhadores dos sindicatos, até mesmo os ligados a CUT - Central Única dos Trabalhadores -, quando estes assumiram a tarefa da formação profissional com dinheiro do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador:

Se você for analisar o que os sindicatos fizeram, chamaram de formação integral, (...) Por mais educado que você seja e não queira expor o sindicato, foi “brava” a coisa. Também não dá para dizer que tenha poucos estudos sobre isso, porque [houve] muitas teses que denunciaram o espírito da apropriação do dinheiro público que os sindicatos desencadearam. Não estou aqui para fazer julgamento moral de ninguém... De fato, você vê a própria CUT ... sindicato mais progressista, mais à esquerda, fez promoção de cursos piorada.

Kuenzer mostra que há várias possibilidades de realizar estudos mais aproximados do trabalhador, e na perspectiva do Trabalho como desejava Picanço, sem precisar cair sempre na fórmula de um denunciamento sobre os interesses dos empresários ou complacência com as experiências dos trabalhadores. Como sempre, o que qualifica o argumento é a pesquisa.

A professora Lia Tiriba, que já havia contribuído para percebermos a relação entre o referencial teórico do marxismo e a preferência por determinados temas, mostra-nos agora que embora o grupo tenha preferência pelas experiências dos próprios trabalhadores, no caso da autogestão (uma das temáticas estudada por ela), isso não teria justificativa definitiva na história do pensamento marxista:

O primeiro a falar de auto-gestão foi o anarquismo... Então ela tem uma vertente que é anarquista, mas, o que não significa que não se possa entender a auto-gestão dentro dos princípios, dentro

dos pressupostos do marxismo. O que seria um processo autogestionário? Numa perspectiva marxiana, numa perspectiva da possibilidade dos trabalhadores terem não apenas a gestão da propriedade, gestão de uma unidade econômica mas também no âmbito da sociedade... O próprio Lenin em 1905, quando fala do controle operário sobre a produção...

Se sobre este ponto há uma certa convergência entre os autores sobre a necessidade de se fazer mais estudos das experiências concretas e dos vários lugares em que está o trabalhador, então, por que isso reflete tão pouco no GTTE?

O professor Flávio Anício Andrade ensaia uma resposta sobre este ponto:

O denunciismo é uma constante, não só no GT, na área de educação como um todo. O quer dizer, é mais fácil e também tem mais repercussão, também tem razão de você fazer a crítica... Eu não me excludo disso, se for pegar as coisas que eu faço também tem muito dessa coisa. Tenta-se ir até um pouco além, mais em geral, faz-se a crítica porque também é isso que vai ser ouvido... Falta [saber] como é que as coisas estão acontecendo, (...). Não se vê muitos trabalhos que falem disso.

A crítica realista de Andrade é provocativa, indo ao encontro de Picanço, quando diz que estudamos em “bases mais seguras”, mostra que o “denunciismo” é uma prática comum ao grupo e bem acolhida. Denunciar os interesses ocultos dos empresários e do governo expressos nas leis e nos currículos é um bom caminho, liga-se ao *savoir-faire* de boa parte dos autores-pesquisador do grupo.

5.3.2.6 A questão Trabalho X educação

Por fim, foi sobre a questão, que apareceu em muitos momentos desta tese, da nomenclatura “trabalho e educação” em vez de “educação e trabalho”, que os nossos entrevistados foram interpelados a refletir. O professor Tumolo, se posicionou a respeito de forma bem direta:

A mudança do nome teve um significado importante, menos pela mudança em si, e mais porque o conteúdo do novo nome imprimiu a marca registrada do GT, uma vez que existe um consenso de que o trabalho é determinante em relação à educação.

Dois pontos importantes a se extrair dessa passagem acima: a inversão dos termos é apenas o movimento de assumir algo que o grupo já trazia e que era um consenso. Um consenso construído, oferecido e absorvido pelos participantes do GTTE, que vem desde seus fundadores, eis o depoimento de Marlene Ribeiro:

Particularmente, pelas leituras que tenho e palestras que assisti dos colegas, principalmente do Miguel e do Gaudêncio, creio que o nome mudou porque é o trabalho o definidor da formação humana e não a educação para o trabalho como inverte a educação burguesa.

Por conta de ter sido citado pela professora Marlene Ribeiro, vale trazer a explicação de Gaudêncio Frigotto para essa questão:

[Dependendo de como se coloca a questão, muitas atividades humanas podem ser consideradas “princípio educativo”, como por exemplo,] o movimento social como principio educativo. No fundo é uma discussão com conteúdos diferentes, que a educação é uma categoria tão fundamental quanto o trabalho é óbvio, que a greve [outro exemplo] é um principio educativo, o movimento social é um principio extraordinário educativo... Mas não é isso que nós estamos discutindo. O trabalho como principio educativo é um processo de socialização em que o ser humano entenda porque todo ser humano depende de metabolizar entre ele na relação com os outros homens e com a natureza, a sua vida, se alguém não faz isso vira explorador (...)

Para Frigotto o “trabalho como princípio educativo” é mesmo uma concepção filosófica, que está na base da explicação do homem quanto ser natural e social, quer dizer, ontológica. Na verdade, é uma concepção de “trabalho” tão ampla que valeria para qualquer um dos GTs, tão ampla quanto é para alguns filósofos e correntes teóricas a questão da “comunicação”, da “razão”, da “cultura”, etc. Isso explica em parte porque foi tão necessário alguns dos “teóricos” mais reconhecidos do GTTE se dedicarem tanto na defesa do trabalho como categoria chave para entendimento do social, na década de 90 (como vimos no capítulo 1). Não obstante, como reforça Marlene Ribeiro, é também posicionamento político, que vem marcar uma proposta de educação não-burguesa, que de imediato, pode-se dizer, é não colocar a educação como a panacéia de todos os males, pois não é uma dimensão humana que estrutura a sociedade. Definitivamente, Educação não é tudo. Frigotto chega a dizer:

(...) Uma coisa é pensar o campo de educação como campo de produção de conhecimento, organização de conhecimento; outra coisa é pensar a relação entre práticas sociais em natureza diversa, que é prática da produção material da existência, prática da produção de valores, atitudes, conhecimentos, concepções etc. É por isso que eu trabalho no meu texto que a educação é uma categoria de mediação e não uma categoria fundamental. No sentido da vida humana é sem dúvida alguma, mas não

fundamental enquanto inerente, se não se tem determinada formação educativa deixa-se de existir. O ser humano existiu por experiência, por aprendizado na prática, etc.

Portanto, como se posicionaram os agentes do GTTE em relação a essas características que orientam a proposta do “trabalho como determinante da educação”? Como o GTTE encaminhou na prática essas reflexões e posicionamentos teóricos?

A princípio, o GTTE defendeu sempre que pôde o Trabalho, nesse sentido mais geral, no seu aspecto ontológico, isso aconteceu em boa parte dos trabalhos teóricos. Também procurou desmistificar a proposta burguesa de educação, ora expressa na “pedagogia da fábrica” ou expressa nas ações do governo, nas políticas educacionais, nas propostas curriculares das escolas técnicas. Fez isso bem. Agora, o que essa tradição teórico-metodológico suprimiu? A nossa hipótese é que foi exatamente o “trabalho” como determinante da educação que ficou de lado. A seguir nossos três argumentos para justificar essa hipótese.

Primeiro, como já foi mostrado, o GTTE ao estudar menos a Escola Básica só faz permanecer o desconhecimento do quanto o mundo do trabalho se faz presente no mundo da escola. Segundo, ao se ater na denúncia da pedagogia burguesa, preterindo entender que tipo e qual educação o trabalho - mesmo o “trabalho abstrato” - demanda, acaba tendo que fazer uma proposta de formação profissional *a posteriori* da proposta feita pelos “homens de negócio”. E terceiro, ao preterir a variedade de formas que o mundo do trabalho apresenta, em favor sobretudo do fabril, acabou também colocando de lado o entendimento de como essas variadas formas orientam à educação a básica (inclusive à formação profissional).

5.4- Enfim, o GTTE e um futuro a construir...

Umberto Eco, no seu clássico livro “Como se faz uma tese?” (op. cit.), em determinado momento, questiona o que seria mais difícil de tratar, se temas antigos ou contemporâneos, chegando à conclusão de que estes últimos são mais difíceis. Gramsci, pode complementar essa idéia com a seguinte passagem:

Uma fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada após ter superado todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo, a não ser por hipóteses (e se declarando, explicitamente, que se trata de hipóteses) (GRAMSCI, 1981, p.118).

Quando a análise que se faz é atual, significa que os movimentos não foram todos percebidos, as tendências podem até ser percebidas, mas nem todas se realizarão. Como o processo histórico não se realizou, a resposta também não, e todas as possibilidades ainda estão inscritas e, mais importante, ainda sofrem interferências. Um bom trabalho de análise, que considera vários vetores, tem grande possibilidade também de interferir nas próprias tendências, propor outros caminhos e reflexões⁸⁹. No nosso caso, estudar a produção acadêmica mais recente de um grupo e principalmente as percepções de seus agentes, com as entrevistas, é duplamente desafiador, pois é tentar obter uma linha narrativa a partir de diferentes expectativas e visões sobre o GTTE. Um desafio, não pelos supostos equívocos que possam ter algumas das visões e expectativas, porque na maior parte das vezes não é uma questão de erro, mas sim de visões e expectativas que ora se complementam, ora concorrem entre si. Vale trazer novamente Gramsci:

A dificuldade de identificar em cada caso, estaticamente (como imagem fotográfica instantânea), a estrutura; de fato, a política é – em cada caso concreto – o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, tendências que não se afirma que devem necessariamente se realizar. (1981, p. 118)

Pode-se dizer, que algumas apostas estão sendo feitas para o futuro do GTTE, vêm tanto das inferências dos agentes quanto de suas expectativas. Para Eunice Trein, por exemplo, os temas novos estão aparecendo sim no GTTE, mas precisam de mais tempo para se consolidar e, assim acontecendo, possibilitar novas teorizações.

Isso também depende de para onde os pesquisadores estão se direcionando. Nós temos aqui, você sabe bem, o trabalho da Lia Tiriba, e que vem trabalhando com a economia popular, a forma de organização da economia popular, tem trabalhado com Paul Singer... (...) Essa é uma experiência, que demanda um tempo de existência para se consolidar. Você precisa de um número muito grande de acontecimentos, para você começar a formar, a ter uma teoria sobre isso.

Para Acácia é necessário mais direcionamento, a sua proposta é precisamente:

⁸⁹ Diagnosticar, por exemplo, que um determinado paciente vai morrer por uma determinada doença, pode ser exatamente o início de sua cura. Parafraçando Habermas, as Ciências Sociais não tem capacidade de prever, mas de antecipar, por conseguinte de interferir e mudar. (Ver HABERMAS, 1992)

Nós temos que retomar a nossa proposta original, a nossa pauta de início [Ela se refere à pauta de 1986 (ver capítulo 1)]. Temos que dividir as tarefas investigativas. Hoje diferentes grupos têm de dizer: eu vou pegar isso, eu vou pegar aquilo. (...) Nós imaginamos que aquela pauta dava conta de um vasto programa de investigação para uns vinte, trinta anos e a partir daquela pauta a gente continuaria o referencial teórico metodológica da área.

Enquanto que Tumulo parece incorporar a crítica que vinha há tempos com Picanço, Kuenzer e Arroyo, de retomar a escola:

De forma muito sucinta, parece-me que o grande desafio posto para o GT é recuperar o espírito de seu início, no começo dos anos 80. Ou seja, voltar a discutir, com a contundência necessária, o papel da educação no processo de transformação revolucionária da ordem sócio-metabólica do capital.

O GTTE está pulsando e forte, ainda que sua perspectiva teórica esteja em crise, que os núcleos que o sustentam também, diferentes autores-pesquisador continuam almejando participar de suas reuniões, enviar trabalhos, interferir nos encaminhamentos, avaliar e re-avaliar, propor novos caminhos, retomar outros... Esse trabalho também é reflexo disso, revolve a produção do GTTE e as idéias dos agentes, traz à tona problematizações que se manifestam no GT, ainda que algumas lhe sejam anteriores...

Enfim, a seguir, para as conclusões e as considerações finais vem a questão: que narrativa foi possível construir sobre o GTTE?